





fundamentando no Artigo 112 - Anexo I - código 107 referente ao decreto 47383/2018, sendo gerada uma infração cujo o valor arbitrado de 33.750 UFEMGS.

O Recorrente Mário Miyazaki, desenvolve em sua propriedade a atividade de Horticultura e culturas anuais.

Ocorre que foi solicitado em 14/03/2007 o Licenciamento ambiental. O auto de fiscalização foi realizado em 05/07/2016.

Foi solicitado o TAC – Termo de ajustamento de conduta conforme aviso de recebimento em anexo, com data de recebimento de 04/09/2017. O referido TAC considerou o empreendimento **LAC 2, empreendimento porte 4.**  
**TAC ASSINADO EM ANEXO. Vejamos:**

CONSIDERANDO que o COMPROMITENTE formalizou processo de licenciamento ambiental (P.A. 13422/2006/001/2007- LAC2 (LOC) - Classe 4) para fins de regularização das atividades de horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, e que depende da regularização da referida captação para continuar a operação das atividades;

Foi realizada todas as vistorias para enfim protocolo do TAC conforme cópia em anexo.

Portanto o autuado cumpriu todos os requisitos legais para exercício de sua atividade, não havendo que se falar em inercia por parte deste, além do mais, esteve sempre empenhado a estar em dia com todas suas obrigações.

Apresentada defesa preliminar tempestivamente, este órgão rejeitou as teses de defesa sendo que sequer debateu ou apresentou as razões de indeferimento.

**AS MULTAS FORAM MULTIPLICADAS POR 5 VEZES**  
**ERRONEAMENTE E FOI CONSIDERADO PORTE 5 QUANDO NA**  
**VERDADE O EMPREENDIMENTO É PORTE 4.**





Não resta outra opção a não ser apresentar o presente Recurso Administrativo, arguindo além das teses de defesa preliminar outras interessantes ao presente caso, no qual como medida de justiça deve-se anular o presente auto de infração.

### III – DO MÉRITO

Primeiramente é importante destacar que o autuado sempre esteve em dia com suas responsabilidades ambientais, uma vez que exerce atividade de agricultura, possuindo anualmente mais de 600 (seiscentos) funcionários.

O autuado fez todos os requisitos obrigatórios por lei, havendo solicitado o licenciamento ambiental, e posteriormente solicitou o TAC – Termo de ajustamento de conduta, o qual houve demora por parte do Estado para o deferimento deste, não havendo que se falar em culpa exclusiva do autuado em relação a demora do Estado em atender os requerimentos formulados.

Trata-se tão somente da responsabilidade da Administração Pública quanto a demora na apreciação do pedido de TAC. *demora*

Quanto à infração aplicada ao recorrente deve a administração pública ser responsável e anular tal ato, sendo única competente para isso no âmbito administrativo, tendo em vista que o imóvel em chafé se encontrava devidamente em dia com suas Licenças Ambientais. Assim não é de responsabilidade do mesmo a infração em questão, devendo inclusive a mesma ser anulada pelos seus próprios fundamentos.

O artigo 37, § 6º, da Constituição Federal - CF/88, estabelece que "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

De igual sorte, prevê o artigo 43 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) que "As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis



por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo".

### **3.1 - DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DE INDEFERIMENTO DA DEFESA PRELIMINAR**

Em 04/10/2022, foi recebido a decisão abaixo quanto ao indeferimento da defesa apresentada. Vejamos:

A Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro, em atendimento ao disposto no artigo 51, §1º, III do Decreto Estadual nº 47.787/2019, com fundamento no Parecer acostado aos autos, decide:

- Pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelo Autuado em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração em conformidade com os requisitos formais e na legislação vigente; e
- Manter a penalidade de multa simples aplicada no auto de infração no valor de 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentas) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs). Valores que serão corrigidos conforme artigo 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e § 3º e 4º do art. 113 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Nota-se o total descaso quanto a matéria de defesa apresentada, não foi apresentado sequer a fundamentação do indeferimento, uma vez que se nota que sequer foi analisado por esta instituição.

Novamente, tem-se necessário Recorrer da referida decisão ante toda a falta de fundamentação, no qual este órgão julgador deverá apresentar todas suas teses, devendo ainda dar procedência ao recurso apresentado.

### **3.2 - DA ATIPICIDADE DA CONDUTA DO INFRATOR.**

a) Da atipicidade da conduta do art. 112, anexo I, código 107 do Decreto 47.383/18.

A presente autuação trouxe a seguinte infração descrita:





6. Descrição Infração	1. Operar atividade potencialmente poluidora, sem a devida licença ambiental										
7. Coordenadas da Infração	Geográficas:		DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau 19 Min 25 Seg 29			Longitude: Grau 46 Min 12 Seg 53			
	Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)			Y= (7 dígitos)			
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	112	I	107	-	-	47383/18	7772/20	-	-	-	-
Atenuantes						Agravantes					

O art. 112, anexo I, Código 107 do Decreto 47383, descreve como a infração cometida “**INSTALAR, CONSTRUIR, TESTAR, FUNCIONAR, OPERAR OU AMPLIAR ATIVIDADE EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORA OU DEGRADADORA DO MEIO AMBIENTE SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL, DESDE QUE NÃO AMPARADO POR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O ÓRGÃO OU ENTIDADE AMBIENTAL COMPETENTE; INCLUSIVE NOS CASOS DE FRAGMENTAÇÃO INDEVIDA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**” De Classificação Grave. VEJAMOS conforme prevê o Decreto:

Código	107
Descrição da infração	Sonegar dados ou informações solicitadas pelo Copam, pelo CERH-MG, pela Semad ou pelas suas entidades vinculadas e conveniadas.
Classificação	Grave
Incidência da pena	Por ato

Importante destacar que a conduta descrita no auto de infração está diferente com o previsto no código 107, pois não houve sonegação de dados.

Em nenhum momento foi descrito no auto de infração quais foram as sonegações de dados que se originou a conduta descrita.

ALTERAÇÃO  
LEGISLATIVA  
47383/2020



45  
7

Lado outro, se a conduta descrita está totalmente em desconformidade com a Previsão legal, ou seja art. 112, anexo I, Código 107 do Decreto 47383, está presente a atipicidade da conduta, uma vez que a conduta descrita não corresponde ao tipo penal.

Em contra partida o Código 107 é considerado grave e a classe do empreendimento segundo o TAC é LAC 2, empreendimento porte 4 devendo segundo o ANEXO 1 deve ser do mínimo 4500 a máximo 9000.

47387-  
2019  
PARECER

No auto de infração constou que a infração 1 (multa simples) porte grande, penalidade multa simples, porém ao contrário do previsto no próprio auto, houve condenação a Multa de 33.750 UFEMG. Vejamos:

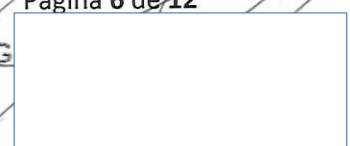
10. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica				
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	J	G	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	33.750	—	33.750
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
	Valor total das multas: 33.750 (Trinta e três mil, setecentas e oitenta e oito UFEMG)					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$						

Nota-se ainda que no item nº 10 Reincidência, marcou-se que “não se aplica”, diferente do que previsto uma vez que o Autuado não é reincidente à infração cometida.

— N.T.B.  
APLICADA

Na pior das hipóteses, em caso de procedência da referida infração, o valor da multa, por se tratar de multa simples, deveria ser no valor do mínimo legal ou seja 4500 UFEMG.

Portanto o autuado não pode ser penalizado por um crime previsto em lei que está em desconformidade com a conduta descrita, uma vez que está presente a atipicidade da conduta, não havendo que se falar em aplicação da multa acima descrita e, tão pouco na forma descrita.







46  
76

b) Da atipicidade da conduta do Art. 112, anexo I, código 127 do Decreto 47.383/18.

O auto de infração nos traz a seguinte descrição de conduta e previsão legal:

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 126608 /20 19											
Local: Uberlândia		Dia: 25		Mês: Julho		Ano: 2019		Hora: 15:40			
1. Descrição da Infração		2º Descumprir total ou parcialmente penalidade de suspensão ou embargo.									
2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: 19° 25' 29" S		Longitude: 46° 12' 53" W			
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X=		(6 dígitos)		Y= (7 dígitos)	
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº
		112	I	127	-	-	47.383/18	7772/10	-	-	-
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes				
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica									
6. Penalidade		Infração	Porte	Penalidade		Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		2	6	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		23,750				33,750	

O art. 112, anexo I, código 127 do Decreto 47383, descreve a infração como **“Desrespeitar, total ou parcialmente, penalidade de suspensão ou de embargo.”**.

Ocorre que nos autos não há nenhuma prova que o autuado descumpriu qualquer suspensão ou embargo, uma vez que na descrição da infração no item nº1 da continuidade do auto de infração n 126608, descreveu somente a descrição do código 127, em momento algum atribuindo e descrevendo minuciosamente a conduta do infrator.

110806!

Trata-se das descrições realizadas no auto de infração como genéricas, uma vez que é função do servidor responsável a descrição de todos os atos que gerou o auto de infração, devendo individualizar cada uma das condutas realizadas pelo Autuado.

NA FISCALIZA  
CAO N NA  
VFICACAO

O Código 127 não tem nada a ver com a infração descrita, pois fala em descumprir e o código fala em “Violar, adulterar, elaborar ou apresentar



47  
2

informação, dados, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo...”

O Código 127 é grave e a classe do empreendimento segundo o TAC é LAC 2, empreendimento porte 4 devendo segundo o ANEXO 1 deve ser do mínimo 4500 a máximo 9000.

Desta forma não há que se falar em Desrespeito a penalidade de suspensão ou embargo por parte do autuado.

C) Da atipicidade da conduta do Art. 112, anexo II, código 228 do Decreto 47.383/18.

O auto de infração nos traz a seguinte descrição de conduta e previsão legal:

INADVERTÊNCIA  
NO  
AS

6. Descrição Infração	1. Captar água superficial em área de conflito sem a devida autorização.										
7. Coordenadas da Infração	Geográficas:		DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau 19 Min 26 Seg 28			Longitude: Grau 46 Min 12 Seg 1			
	Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)			Y= (7 dígitos)			
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	112	II	228	-	-	47.383/18	772/18	-	-	-	-
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes					
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
10. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
11. Aplicadas (Ita) e ERP	Infração	Porte	Penalidade				Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
	1	P	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				717,36x5			3586,80	
	ERP:		Kg de pescado:				Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$		

No presente caso, o valor da multa simples foi MULTIPLICADO POR 5 VEZES, sem qualquer fundamentação, uma vez que a infração 1, foi considerada de porte pequeno e multa simples.





48  
7

Constou ainda que não teve nenhuma atenuante e nenhuma agravante, vejamos:

4. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

5. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica

Então como que multiplicou por 5 a multa (717,36x5)? Não há qualquer fundamento para que a multa seja majorada em cinco vezes o seu valor! Tal absurdo deve ser corrigido por este órgão, uma vez que na pior das hipóteses, a multa deve ser simples sendo esta no valor de 717,36 UFEMGs.

**D) Da atipicidade da conduta do Art. 112, anexo II, código 228 do Decreto 47.383/18.**

O auto de infração nos traz a seguinte descrição de conduta e previsão legal:

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 126607 /20 19

Local: Uberlândia Dia: 26 Mês: Julho Ano: 2019 Hora: 15:40

1. Descrição da Infração: 2. Captação de água superficial em área de conflito por obra de construção.

2. Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: 19 Graus 26 Min. 28 Seg. 13 Longitude: 46 Graus 12 Min. 43 Seg. 13

Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

3. Embasamento legal: Artigo 112 Anexo II Código 228 Inciso - Alínea - Decreto/ano 47.383/18 Lei / ano 772/00 Resolução - DN - Port. Nº - Órgão -

4. Atenuantes / Agravantes

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

5. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica

des Aplicadas (in e Multa) ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
<u>2</u>	<u>P</u>	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	<u>717,36 x 5</u>	<u>-</u>	<u>3586,80</u>
ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		

Valor total dos Emplacementos de Pescação de Pescação: R\$

Novamente houve majoração da multa por 5 vezes, sem qualquer fundamento, uma vez que não houve qualquer atenuante ou agravante, sendo classificado a infração 2 de porte pequeno e a penalidade de multa simples. Não



houve qualquer motivo da multa ser elevado CINCO VEZES o seu valor sem qualquer fundamentação.

Deve-se o presente feito, na mesma forma do item “c” acima, ser reduzido a multa para o mínimo legal, sendo este 717,36 UFEMGs.

### 3.3 DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA

DN 6/11/11

O auto de infração aduz que a atividade de agricultura realizada pelo autuado é denominada “atividade potencialmente poluidora”.

25/6 17/6/11

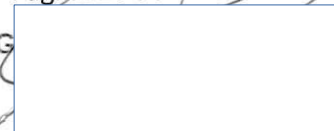
Ocorre que o autuado é agricultor e sempre utilizou para sua produção tão somente de produtos autorizados pelo Estado, os quais tem uma forte inspeção para que não sejam poluidores, havendo locais de armazenamento de insumos e também local de descarte de embalagens para que não tenha nenhum tipo de degradação ambiental. Além do mais que a autoridade que procedeu a autuação não possui qualquer capacidade técnica para auferir se a atividade exercida pelo autuado é potencialmente poluidora

### 3.4 - DA AUSÊNCIA DO DANO AMBIENTAL

código 1000 1000

Conforme se depreende dos documentos acostados, o dano ambiental não foi configurado, uma vez que o Autuado estava devidamente em dia com suas obrigações, estando apito para realização de suas atividades, inclusive buscando regularização junto ao órgão competente junto a assinatura de TAC – Termo de ajustamento de conduta.

Para que se tenha o dano ambiental, deve haver um nexo entre a conduta do agente e o resultado causado, que no presente caso a conduta do agente não gerou o resultado de Dano, o que no presente caso não há que se falar em dano.







No presente caso, o Recorrente adotou todas as medidas possíveis para exercício de suas atividades, não podendo atribuir culpa ao recorrente pelo atraso do Estado no exercício de suas atividades.

Portanto, não havendo dano ambiental, não há que se falar em aplicação da multa estabelecida no Auto de Infração.

### **3.5 - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO**

Para promover a anulação do auto de infração busca-se como base, o princípio da autotutela a que se dispõe:

Significa que cabe a Administração, sem necessidade de autorização judicial, invalidar seus atos defeituosos e revogar os atos inconvenientes que pratica.

É nesse sentido que deve ser compreendida a regra prevista no art. 53 da lei 9.784/99: “a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

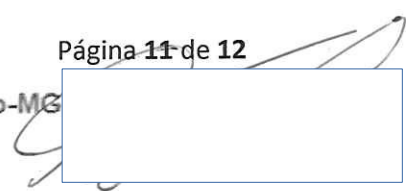
Também, quanto a nulidade dos atos praticados pela Administração Pública asseguram as súmulas n. 346 e n. 473 ambas do STF que estabelecem o seguinte:

“Súmula 346. A administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

“Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

### **IV- DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer que seja observada que a responsabilidade da infração compete a administração pública, bem como que






51  
7

houve “erro” na sua aplicação, dando PROVIMENTO AO RECURSO para que a presente autuação seja anulada pelo fato de o autuado estar em dia com suas obrigações legais, inclusive ante o TAC assinado e por não haver dano ambiental;

Subsidiariamente, em caso de entendimento diverso, que seja reduzida a multa conforme exposto nas razões recursais.

Desde já o recorrente permanece no aguardo da notificação das providências tomadas por Vossa Senhoria, bem como do provimento deste, no endereço Av. Presidente Vargas, nº576, Centro, CEP 38.800-000, São Gotardo – MG.

Termos em que pedimos o deferimento.  
Uberlândia/MG, 28 de outubro de 2021.

P.p.    
Maurício Falconni Ribeiro e Silva  
OAB/MG 157.686





**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato que assino(amos): **MÁRIO MIYAZAKI**, inscrito no CPF sob nº [redacted], com endereço profissional situado [redacted] Gotardo/Minas Gerais, CEP [redacted], nomeio (amos) e constituo (imos) meu bastante procurador o advogado: **Dr. MAURICIO FALCONNI RIBEIRO E SILVA, OAB/MG 157.686**, com escritório na [redacted] - [redacted] - São Gotardo/MG, a quem outorgo (amos) os poderes para o foro em geral e especiais: **Apresentar defesa e recurso no auto de infração referente a multa ambiental**, podendo para isso recorrer aos tribunais superiores e outras autoridades públicas, requerer ITCD, representar o outorgante em audiências e processos, mesmo ele estando no exterior, requerer os benefícios da justiça gratuita, exceções de incompetência e suspeição, podendo ainda confessar, reconhecer, acordar, discordar, transigir, desistir, renunciar aos direitos sobre o que se funda a ação, receber, dar quitação, aceitar cargo de inventariante, nomear inventariante, de síndico ou liquidatário e assinar respectivos termos, requerer falência e formular protestos, optar e concordar com ritos processuais, em qualquer feito, oferecer queixa crime, quesitos ou contestação, podendo da mesma forma, defender os meus (nossos) legítimos interesses nas administrações públicas ou particulares, praticando enfim, todos os atos necessários e em direito permitidos, por mais especiais que sejam, o que tudo farei (remos) por firme e valioso; podendo ainda agir em conjunto ou separadamente, atuar em qualquer instância ou Tribunal; substabelecer no todo ou em parte, e ratifico os termos expresso nesta.

São Gotardo/MG, 30 de agosto de 2019.

[redacted]

**MÁRIO MIYAZAKI**  
CPF sob nº 284.961.088-72